



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2024 com
Relatório do Auditor Independente

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

CONTEÚDO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
1. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA	16
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	16
3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	38
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	40
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	40
6. PARTES RELACIONADAS	41
7. ESTOQUES	43
8. TRIBUTOS A RECUPERAR	43
9. IMOBILIZADO	44
10. INVESTIMENTOS	46
11. FORNECEDORES	47
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	47
13. ARRENDAMENTO MERCANTIL	48
14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	49
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	52
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	54
18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	56
19. RESULTADO FINANCEIRO	57
20. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	58
21. SEGUROS	64
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	64

Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2024, o setor petroquímico global permaneceu impactado pelos maiores custos de fretes marítimos, reflexo de diferentes conflitos geopolíticos que afetaram o fluxo comercial e a precificação de produtos petroquímicos, especialmente na Ásia.

Tais desafios também trouxeram oportunidades para o Grupo OCQ, uma vez que a redução no volume de importações favoreceu a competitividade dos produtos nacionais. Adicionalmente, o aumento das alíquotas de importação para determinados itens estratégicos proporcionou uma proteção extra em um cenário de intensa competição predatória.

O desempenho positivo de segmentos chave, como a construção civil, também impulsionou os resultados do Grupo. Por outro lado, a manutenção de taxas de juros em patamares elevados e a perspectiva de novos aumentos representam riscos que podem impactar setores específicos, demandando atenção redobrada para ajustes estratégicos ao longo de 2025.

O Grupo OCQ, ao longo do ano, manteve seu foco na busca por maior eficiência operacional e sustentabilidade. Trabalhamos intensamente para avançar em iniciativas de eficiência energética, promovendo a integração das empresas do Grupo após a aquisição da Elekeiroz, o que gerou significativas sinergias em pessoas, processos e produtos. O reforço dos sistemas informatizados permitiu ganhos de agilidade e confiabilidade nas operações, enquanto a integração logística contribuiu para otimizações relevantes na cadeia de suprimentos.

Além disso, o Grupo lançou novos produtos no mercado, ampliando seu portfólio e diversificando suas fontes de receita. Essas ações refletem o compromisso do Grupo OCQ em se adaptar às demandas do mercado, fortalecer sua posição competitiva e assegurar o crescimento sustentável de longo prazo.

Os destaques financeiros e operacionais são apresentados a seguir:

O volume de vendas global da Vetta aumentou 14% em relação ao exercício anterior, sendo o total da receita líquida em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 834.965 (R\$ 735.060 em 31 de dezembro de 2023). Em relação a quantidade comercializada, ocorreu aumento de 8% em relação ao exercício anterior, sendo 82.344 Toneladas em 31 de dezembro de 2024 (76.197 Toneladas em 31 de dezembro de 2023).

O EBITDA teve redução de 17% em relação ao exercício anterior, sendo o total em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 64.523 (R\$ 77.744 em 31 de dezembro de 2023), justificado pela discussão do aproveitamento do benefício fiscal do Estado de SP que deixou de agregar o montante de R\$ 19.831 referente ao último trimestre do exercício de 2024, pelos maiores preços de fretes e menor competitividade entre o cenário internacional vis-à-vis cenário nacional para aquisição de matérias-primas, que faz com que o negócio se mantenha em patamares normalizados.

A Administração agradece aos sócios pela confiança depositada no Grupo OCQ, aos colaboradores, clientes e fornecedores, pela dedicação e competência essenciais para o alcance dos resultados do Grupo no exercício.

Desempenho financeiro

O **EBITDA** ajustado recorrente da Vetta é apresentado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reconciliação do LAJIDA (a) (EBITDA)		
Lucro líquido do exercício	64.764	71.639
Depreciações e amortizações	9.789	4.941
Resultado financeiro, líquido	(1.021)	241
Imposto de renda e contribuição social	(9.009)	(4.897)
LAJIDA (a) (EBITDA)	64.523	71.924
Itens que não compõe o desempenho orgânico:		
(+) Custos da transação do fechamento da operação de compra da Elekeiroz S.A.	-	133
(+/-) Baixas oriundas de revisão de vida útil / Recuperação de imobilizado	-	3.405
(+) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de exercícios anteriores	-	2.282
LAJIDA (a) (EBITDA) ajustado	64.523	77.744



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Quotistas da
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.
Guarulhos – SP**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vetta Química Importação e Exportação Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto 1) e dos efeitos do assunto 2), descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vetta Química Importação e Exportação Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalvas

1. O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 conteve ressalva em decorrência dos auditores independentes antecessores não terem acompanhado a contagem física dos estoques no início e no final do exercício de 2022. Como os estoques iniciais foram computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa daquele exercício, não foi possível determinar se havia necessidade de efetuar ajustes no lucro líquido registrado na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa das atividades operacionais registrados na demonstração dos fluxos de caixa daquele exercício. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.
2. Conforme notas explicativas nº 2.20 e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 a Empresa constituiu uma provisão para contingências em função da incerteza sobre o direito de tomada de créditos fiscais em decorrência da antecipação da extinção do benefício fiscal de crédito presumido de ICMS no montante de R\$ 19.831, cuja probabilidade de perda foi avaliada pela administração e seus assessores jurídicos como possível. De acordo com os requerimentos do CPC 25/IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, um passivo contingente só deve ser reconhecido se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros serão exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, o que representa um desvio relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2024 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o passivo não circulante está apresentado a maior no montante de R\$ 19.831 e o lucro do exercício corrente está reduzido em R\$ 19.831 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, cuja apresentação não é requerida às empresas limitadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto 1) e pelos efeitos do assunto 2), descritos na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalvas”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de janeiro de 2024, com modificação em decorrência do seguinte assunto: acompanhamento da contagem física dos estoques em 31 de dezembro de 2022. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção de forma relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 5 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F



Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.809	30.462	17.192	30.486
Contas a receber de clientes	5	63.736	40.374	63.736	40.434
Contas a receber - Partes relacionadas	6	211.404	129.038	211.404	129.038
Mútuos - Partes relacionadas	6	6.307	-	3.307	-
Estoques	7	79.674	41.274	79.674	41.274
Tributos a recuperar	8	35.361	7.353	35.379	7.353
Outros ativos		4.481	907	4.487	907
Total do ativo circulante		417.772	249.408	415.179	249.492
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários		819	737	819	737
Contas a receber de clientes	5	-	80	-	80
Depósitos judiciais	14	122	111	122	111
Tributos a recuperar	8	15.753	23.761	15.753	23.761
Mútuos - Partes relacionadas	6	37.856	6.117	37.856	6.117
Contas a receber na alienação de investimentos		-	13	-	13
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	8.171	-	8.171	-
Outros ativos		376	379	376	379
Imobilizado	9	38.174	37.833	47.305	43.230
Investimentos	10	2.800	4.035	-	-
Total do ativo não circulante		104.071	73.066	110.402	74.428
Total do ativo		521.843	322.474	525.581	323.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	11	76.597	45.255	76.749	45.418
Contas a pagar - Partes relacionadas	6	128.666	32.245	128.666	32.245
Empréstimos e financiamentos	12	721	947	721	947
Obrigações sociais e trabalhistas		6.266	1.580	6.298	1.602
Obrigações tributárias		3.447	3.623	3.451	3.634
Arrendamento mercantil	13	6.325	4.075	6.325	4.075
Outros passivos		712	1.351	712	1.351
Juros sobre o capital próprio	15	5.649	14.721	5.649	14.721
Total do passivo circulante		228.383	103.797	228.571	103.993
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	697	1.280	697	1.280
Mútuos - Partes relacionadas	6	4.698	900	8.248	2.150
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	-	3.622	-	3.622
Arrendamento mercantil	13	24.671	22.109	24.671	22.109
Provisões para contingências	14	21.674	1.153	21.674	1.153
Outros passivos		2.057	3.008	2.057	3.008
Total do passivo não circulante		53.797	32.072	57.347	33.322
Total do passivo		282.180	135.869	285.918	137.315
Patrimônio líquido	15				
Capital social		200	200	200	200
Reserva de lucros		239.463	186.405	239.463	186.405
Total do patrimônio líquido		239.663	186.605	239.663	186.605
Total do passivo e do patrimônio líquido		521.843	322.474	525.581	323.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	834.965	735.060	834.965	735.060
Custo dos produtos vendidos	18	(757.162)	(654.994)	(757.773)	(654.994)
Lucro bruto		77.803	80.066	77.192	80.066
Despesas gerais e administrativas	18	(83.683)	(45.264)	(84.306)	(45.319)
Despesas comerciais	18	(11.536)	(20.186)	(11.536)	(20.186)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	(591)	(2.596)	(591)	(2.596)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	73.975	55.028	73.975	55.028
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.235)	(65)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		54.733	66.983	54.734	66.993
Receitas financeiras	19	11.082	7.856	11.084	7.857
Despesas financeiras	19	(10.060)	(8.097)	(10.063)	(8.108)
Resultado financeiro		1.022	(241)	1.021	(251)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		55.755	66.742	55.755	66.742
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16	(2.784)	(2.928)	(2.784)	(2.928)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	16	11.793	7.825	11.793	7.825
Lucro líquido do exercício		64.764	71.639	64.764	71.639
Lucro por quota - R\$					
Básico e diluído	15	323,82	358,20		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	64.764	71.639	64.764	71.639
Outros resultados abrangentes (ORA)				
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	64.764	71.639	64.764	71.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1° de janeiro de 2023	200	147.959	148.159
Lucro líquido do exercício	-	71.639	71.639
Destinação do lucro			
Distribuição de dividendos	-	(12.491)	(12.491)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	(20.702)	(20.702)
Em 31 de dezembro de 2023	200	186.405	186.605
Em 1° de janeiro de 2024	200	186.405	186.605
Lucro líquido do exercício	-	64.764	64.764
Destinação do lucro			
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	(11.706)	(11.706)
Em 31 de dezembro de 2024	200	239.463	239.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		55.755	66.742	55.755	66.742
Ajustes para reconciliação do resultado:					
Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	19	4.642	3.341	4.642	3.341
Provisões (receitas) de juros sobre mútuos	19	(3.344)	-	(3.344)	-
Provisões para contingências	18	20.521	1.038	20.521	1.038
Depreciação	18	9.721	4.941	9.789	4.941
Baixas (reversões) de ativo imobilizado	9	18.494	6.782	19.591	3.377
Variação cambial	19	(663)	(1.601)	(663)	(1.601)
Provisão para perdas de crédito esperadas	18	591	2.596	591	2.596
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	18	(953)	763	(953)	763
Perda (ganho) em títulos e valores mobiliários		(1.297)	227	(1.297)	227
Provisão para PLR e Bônus		3.754	449	3.756	449
Perda (ganho) com derivativos		(45)	-	(45)	-
Outros ajustes para reconciliação do resultado		-	(1.525)	-	(1.460)
Resultado de equivalência patrimonial		1.235	65	-	-
		108.411	83.818	108.343	80.413
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(19.740)	3.471	(19.680)	3.411
Contas a receber de partes relacionadas		(82.366)	(88.376)	(82.366)	(88.376)
Estoques		(37.447)	19.314	(37.447)	19.314
Tributos a recuperar		(20.000)	14.114	(20.018)	14.114
Outros ativos		(3.505)	3.519	(3.512)	3.519
Depósitos judiciais		(11)	(15)	(11)	(15)
Fornecedores		27.872	2.542	27.861	2.705
Contas a pagar – Partes relacionadas		96.421	(14.770)	96.421	(10.735)
Obrigações sociais e trabalhistas		932	65	940	87
Obrigações tributárias		(2.575)	(2.886)	(2.582)	(3.614)
Outros passivos		(2.601)	126	(2.599)	126
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações		65.391	20.922	65.350	20.949
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.143)	(739)	(1.143)	-
Juros pagos	12	(212)	(243)	(212)	(243)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		64.036	19.940	63.995	20.706
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aquisições de imobilizado	9	(17.365)	(7.267)	(22.265)	(9.259)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		1.215	-	1.215	-
Mútuos com partes relacionadas – Concessões / Recebimentos		(34.702)	17.868	(31.702)	17.868
Alienação de investimentos		-	15.361	-	15.361
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(50.852)	25.962	(52.752)	23.970
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	12	-	695	-	695
Empréstimos, financiamentos e debêntures – Amortizações	12	(731)	(1.085)	(731)	(1.085)
Arrendamento mercantil - Amortizações	13	(10.882)	(3.642)	(10.882)	(3.642)
Mútuos com partes relacionadas – Recebimentos		3.798	900	6.098	2.150
Distribuição de lucros	15	(19.022)	(15.366)	(19.022)	(15.366)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(26.837)	(18.498)	(24.537)	(17.248)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		(13.653)	27.404	(13.294)	27.428
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		30.462	3.058	30.486	3.058
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		16.809	30.462	17.192	30.486
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalente de caixa		(13.653)	27.404	(13.294)	27.428
Transações que não impactam o caixa:					
Imposto de renda e contribuição social diferido		(4.549)	-	4.549	-
Juros sobre capital próprio deliberados e não liquidados		-	-	11.706	-
Novos contratos e remensurações de arrendamento mercantil		11.190	(3.255)	11.190	(3.255)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vetta Química Importação e Exportação Ltda.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de contratos com clientes					
Receita bruta (incluindo devoluções)	17	1.125.934	991.296	1.125.934	991.296
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	(591)	(2.596)	(591)	(2.596)
		1.125.343	988.700	1.125.343	988.700
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(729.808)	(608.574)	(730.609)	(608.620)
Outras despesas (receitas)		-	(4.583)	-	(4.453)
		(729.808)	(613.157)	(730.609)	(613.073)
Valor adicionado bruto gerado pela Empresa		395.535	375.543	394.734	375.627
Retenções					
Depreciação e amortização	18	(9.721)	(4.941)	(9.789)	(4.941)
Valor adicionado líquido gerado pela Empresa		385.814	370.602	384.945	370.686
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.235)	65	-	-
Receitas financeiras	19	11.082	7.856	11.083	7.856
		9.847	7.921	11.083	7.856
Valor adicionado recebido em transferência		395.661	378.523	396.028	378.542
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
		46.717	53.568	46.878	53.565
Remuneração direta		39.613	48.647	39.708	48.647
Benefícios		2.321	2.027	2.346	2.027
Encargos trabalhistas		4.413	2.456	4.449	2.456
Outros		370	438	375	435
Tributos		274.876	245.367	275.037	245.378
Federais		94.832	85.013	94.983	85.019
Estaduais		179.911	160.293	179.911	160.293
Municipais		133	61	143	66
Remuneração de capitais de terceiros		9.304	7.949	9.349	7.960
Juros		4.642	3.341	4.642	3.341
Aluguéis		1.546	527	1.586	527
Outras despesas financeiras		3.116	4.081	3.121	4.092
Remuneração de capitais próprios		64.764	71.639	64.764	71.639
Lucros retidos		53.058	38.446	53.058	38.446
Distribuição de lucros	15	11.706	33.193	11.706	33.193
Valor adicionado distribuído		395.661	378.523	396.028	378.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações sobre a Empresa

A Vetta Química Importação e Exportação Ltda. (“**Vetta**” ou “**Empresa**”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, na Rua João Ranieri, 1077 – Jardim Fátima.

A Empresa tem como principais atividades: Fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio, importação e exportação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

Os produtos fabricados pela Empresa são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente, construção civil, tintas, adesivos, embalagem, papel, têxtil, entre outros.

A Empresa dispõe de unidades administrativas e industriais apresentadas a seguir:

Unidade	Tipo	Cidade	Estado	Atividade
Guarulhos (João Ranieri)	Matriz	Guarulhos	São Paulo	Industrial
Lapa	Filial	São Paulo	São Paulo	Administrativa
Guarulhos (José Dias)	Filial	Guarulhos	São Paulo	Industrial
Guarulhos (Ayrton Senna)	Filial	Guarulhos	São Paulo	Industrial
Arujá	Filial	Arujá	São Paulo	Centro de distribuição
Piracicaba	Filial	Piracicaba	São Paulo	Industrial

A Empresa é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química (“**Grupo OCQ**”), uma das maiores plataformas de impulsionamento de empresas do setor químico da América Latina.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 5 de fevereiro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Empresa preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Divulgações voluntárias

A Empresa optou por realizar nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a divulgação de determinadas informações de forma voluntária com finalidade de aumentar o grau de comparabilidade e melhor tomada de decisão de seus usuários internos e externos. A seguir são apresentadas as divulgações voluntárias contidas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Resultado por ação

A apresentação do Resultado por quota é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. O Resultado por ação foi preparado de acordo com os critérios definidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 41 - "Resultado por ação" e IAS 33 - "Earnings per share". Como consequência, pelos CPC e IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

A apresentação do Relatório da Administração é requerida pela Lei das Sociedades por Ações no Brasil aplicáveis a companhias de capital aberto ou fechadas. Esse relatório está apresentado como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada

durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2023

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Razão social	Principal atividade	País-sede	% de participação	
			31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fortnox Indústria e Comércio Ltda.	Industrialização e comercialização de produtos químicos em geral.	Brasil	100	100

Controladora do Grupo

A Dofra Participações Ltda. é a controladora do Grupo OCQ, sediada no Brasil e possui capital 100% pertencente a pessoas físicas residentes no Brasil.

Transações eliminadas na Consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que

são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais e juros, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito esperadas ("PCE" ou "impairment").

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As políticas contábeis de provisão para perdas, giro lento e garantia relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

2.7 Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em

que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada.

As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo para os exercícios de 2024 e 2023:

	<u>Depreciação em anos</u>
Construções	15
Máquinas e equipamentos e instalações (*)	10 - 25
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de laboratório	10
Veículos / Caminhões	5 - 15
Equipamentos de informática	5
Terrenos	Não depreciados
Aeronaves	10

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 33,33% ao ano.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes e tecnologia da informação são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Empresa de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e

- A Empresa possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis de vida útil definida:

Grupo do ativo intangível	Amortização em anos
Softwares adquiridos de terceiros	5
Desenvolvimentos internos de tecnologia da informação	3

2.10 Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direitos de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Depreciação em anos
Máquinas e equipamentos	5
Escritórios e unidades fabris	4-8
Veículos / Caminhões	3-5

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11 – Redução ao valor recuperável (*impairment*).

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Taxa de desconto

A Empresa identificou e adotou a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos é apresentada a seguir:

	<u>Taxa incremental (%)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	15,36
Em 31 de dezembro de 2023	15,36

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Empresa como arrendadora

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não realizou transações em que foi classificada como arrendadora.

2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência o longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e
- Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(b) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Custo de obtenção de contratos - Comissões sobre vendas

A Empresa efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2024 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2024.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota explicativa nº 2.3 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Participação nos lucros

A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Empresa após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Empresa.

2.15 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Empresa é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais,

a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
--	--

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os

valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a “contabilidade de *hedge*”. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa mantém contratações com finalidade de proteção cambial de seus empréstimos e financiamentos, bem como, proteção para importações de matérias primas. A Empresa não realiza negociações de instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa.

2.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Empresa é representado por quotas classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor negociado, líquido de impostos.

b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Empresa e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

c) Remuneração dos sócios (distribuição de lucros)

Dividendos

A distribuição de lucros via dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa. Em 31 de dezembro de 2024 não foram deliberados e pagos dividendos (R\$ 12.491 em 31 de dezembro de 2023).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus acionistas como alternativa a distribuição de dividendos. Considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa realizou o reconhecimento e pagamento de juros sobre capital próprio. Maiores detalhes podem ser verificados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações do fluxo de caixa.

d) Resultado por quota

Resultado básico e diluído por quota

O resultado básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

O cálculo do resultado por quota está apresentado em Nota explicativa nº 15 – Patrimônio líquido.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos cancelamentos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o cliente retira a mercadoria nas unidades da Empresa; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Empresa, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.19 Tributos

Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e

7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (“NCM”) e podem variar de 0% a 15%, conforme produto.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação E (i) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob

- controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios previstos na norma contábil forem atendidos.

2.20 Subvenções governamentais / Benefícios fiscais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48 / IFRS 9, e o montante recebido).

Crédito presumido nas operações de saída – Estado de SP

Historicamente, a Empresa é beneficiária de crédito presumido de ICMS celebrado em 4 de abril de 2003 via convênio ICMS nº 08/2003, que autoriza determinados Estados do país a conceder créditos presumidos na saída de determinados produtos com materiais recicláveis. Ao longo dos anos, o convênio anteriormente citado teve sua validade prorrogada através de sucessivos acordos entre os Estados promovidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (“CONFAZ”), sendo que a última prorrogação ocorreu pelo convênio ICMS nº 226 de 21 de dezembro de 2023 que prorrogou o benefício até 30 de abril de 2026, pela alíquota de 60%.

Em 30 de abril de 2024, o Estado de São Paulo mediante decreto nº 68.492 alterou diversos artigos do Regulamento do ICMS (RICMS), dentre os quais o artigo 14 do Anexo III, antecipando sua extinção do benefício fiscal para 30 de setembro de 2024 de forma unilateral.

A Administração através de seus assessores jurídicos acompanha o tema e permanece com o entendimento tácito de que o benefício vigorará até 30 de abril de 2026, portanto, permanece tomando os créditos e compensando-os em suas obrigações acessórias.

Para que o resultado do exercício não seja impactado com os montantes em questão, a Administração constituiu e permanecerá constituindo provisão para contingência no mesmo valor dos créditos auferidos até que este tema tenha uma conclusão administrativa junto a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ SP), caso não ocorra, avaliará as medidas judiciais cabíveis. Em 31 de dezembro de 2024 o montante constituído registrado na rubrica de provisão para contingências foi de R\$ 19.831, referente ao período de 1 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

2.21 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.22 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamentos de fornecedores – Alteração ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Como resultado da implementação das alterações, a Empresa forneceu divulgações adicionais sobre seu acordo de financiamento de fornecedores, vide Nota explicativa nº 11 – Fornecedores.

2.23 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no

propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.24 Eventos após o período do relatório

Se a Empresa receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Empresa ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Empresa não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das informações trimestrais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Empresa como arrendatário)

A Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Empresa não identificou cenários em que fosse necessário exercer julgamento de opção de renovação nos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e estão apresentadas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade;
- Provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”): A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes;
- Provisões para contingências: São reconhecidas provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;
- Provisões para perdas e giro lento dos estoques: As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas estimadas do processo produtivo, classificadas como redutora dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados;
- Provisão para garantia: A provisão para garantia é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos. A Empresa garante a seus clientes a qualidade de seus produtos, assumindo a responsabilidade por eventuais substituições e reparos decorrentes de defeitos apresentados. Calculada sobre a venda de produtos, tendo como base os percentuais históricos de gastos e para os casos

já identificados em que a Empresa estima despendere recursos na substituição e reparo de produtos, a Empresa reconhece a mencionada provisão no passivo.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	8.368	4.225	8.369	4.225
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.441	26.237	8.823	26.261
	16.809	30.462	17.192	30.486

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 75% a 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de "Receitas financeiras". Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 19 – Resultado financeiro.

5. Contas a receber de clientes

A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais	62.382	42.275	62.382	42.335
Clientes estrangeiros	1.646	695	1.646	695
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	(292)	(2.596)	(292)	(2.596)
Total circulante	63.736	40.374	63.736	40.434
Clientes nacionais	-	80	-	80
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")	-	-	-	-
Total não circulante	-	80	-	80
Total circulante	63.736	40.454	63.736	40.514

A Empresa ofereceu como garantia de empréstimos e financiamentos duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 12 – Empréstimos e financiamentos.

As políticas de crédito estão descritas em Nota Explicativa nº 20 – Gestão de risco financeiro, na seção de risco de crédito.

A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da PCE:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	62.541	39.010	62.541	39.070
Vencidos até 30 dias	763	1.345	763	1.345
Vencidos de 31 a 60 dias	139	-	139	-
Vencidos de 61 a 90 dias	117	31	117	31
Vencidos de 91 a 180 dias	178	67	178	67
Vencidos de 181 a 360 dias	2	232	2	232
Superior a 361 dias	288	2.365	288	2.365
Total das contas a receber - Valor bruto	64.028	43.050	64.028	43.110

A seguir é apresentada a movimentação da PCE:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.596	-	2.596	-
(-) Baixa efetiva de títulos	(2.895)	-	(2.895)	-
(+) Constituição de provisão	591	2.596	591	2.596
Saldo final	292	2.596	292	2.596

A Administração considera que os valores registrados a título de PCE são suficientes para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. Partes relacionadas

6.1 Saldos e operações

Transações com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - Partes relacionadas		
Nacional		
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	2.515	17.714
Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	12	-
Ekonova Química do Brasil Ltda.	400	-
Elekeiroz S.A.	82.545	11.896
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.	117.104	92.496
Outras partes relacionadas	8.583	6.687
Total Nacional	211.159	128.793
Exterior		
Ibira Holding S.R.L.	245	245
Total Exterior	245	245
Total das contas a receber - Partes relacionadas	211.404	129.038

7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	28.913	16.278
Produtos acabados	10.473	7.011
Embalagens	843	736
Estoque em poder de terceiros	41.161	18.012
(-) Perdas por redução ao valor recuperável dos estoques	(1.716)	(763)
	79.674	41.274

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas, obsolescência:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	763	-
(+) Constituição de provisão	1.272	763
(-) Reversão de provisão	(319)	-
Saldo final	1.716	763

8. Tributos a recuperar / Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (i)	31.697	5.862	31.698	5.862
Exclusão do ICMS na BC do PIS/COFINS (ii)	15.753	23.761	15.753	23.761
PIS e COFINS	3.108	1.150	3.126	1.150
Outros tributos a recuperar	556	341	555	341
	51.114	31.114	51.132	31.114
Circulante	35.361	7.353	35.379	7.353
Não circulante	15.753	23.761	15.753	23.761

- (i) Refere-se a créditos de ICMS auferidos das operações de compra e venda usuais do negócio das empresas da Empresa (matriz e demais filiais), incluindo ICMS sobre a compra de ativo imobilizado e créditos presumidos. A Administração efetuou revisão de seu plano de negócios durante o exercício de 2024 para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e
- (ii) Historicamente, foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Empresa atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Empresa vem atualizando (indébito) e recuperando esse saldo mensalmente de forma administrativa. A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	23.761	33.668
(+) Atualização monetária	175	1.598
(-) Compensações	(8.183)	(11.505)
Saldo final	15.753	23.761

9. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	Custo histórico		Custo histórico	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	5.302	2.104	11.525	2.104
Móveis e utensílios	185	169	236	169
Equipamentos de laboratório	82	73	111	73
Aeronaves	-	2.420	-	2.420
Veículos/Caminhões	21.350	23.605	21.350	23.605
Equipamentos de informática	337	298	385	303
Terrenos	-	-	2.850	2.850
Construções	47	-	47	-
Benfeitorias/Itens a imobilizar	1.932	4.834	1.932	7.377
Direito de uso	38.991	27.803	38.991	27.803
	68.226	61.306	77.427	66.704

	Controladora		Consolidado	
	Valor residual		Valor residual	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	4.532	1.676	10.692	1.676
Móveis e utensílios	101	94	150	94
Equipamentos de laboratório	71	71	100	71
Aeronaves	-	2.048	-	2.048
Veículos/Caminhões	5.535	6.781	5.535	6.781
Equipamentos de informática	139	127	182	132
Terrenos	-	-	2.850	2.850
Construções	47	-	47	-
Benfeitorias/Itens a imobilizar	1.932	4.834	1.932	7.376
Direito de uso	25.817	22.202	25.817	22.202
	38.174	37.833	47.305	43.230

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado para os exercícios de 2024 e 2023:

Controladora

	Valor líquido 01/01/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Depreciação	Ajuste de inventário físico	Valor líquido 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	2.691	534	-	(438)	(1.111)	1.676
Móveis e utensílios	66	19	-	(10)	19	94
Equipamentos de laboratório	-	73	-	(2)	-	71
Aeronaves	2.283	-	-	(235)	-	2.048
Veículos / Caminhões	9.184	3.147	(527)	(2.708)	(2.315)	6.781
Equipamentos de informática	152	21	-	(48)	2	127
Terrenos	2.850	-	(2.850)	-	-	-
Construções	7	-	-	(7)	-	-
Benfeitorias / Itens a imobilizar	1.361	3.473	-	-	-	4.834
Direito de uso	-	25.273	(1.578)	(1.493)	-	22.202
	18.594	32.540	(4.955)	(4.941)	(3.405)	37.833

	Valor líquido 31/12/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Depreciação	Valor líquido 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1.676	3.346	(25)	(465)	4.532
Móveis e utensílios	94	18	-	(11)	101
Equipamentos de laboratório	71	16	(8)	(8)	71
Aeronaves	2.048	9.974	(11.844)	(178)	-
Veículos / Caminhões	6.781	3.726	(3.516)	(1.456)	5.535
Equipamentos de informática	127	40	-	(28)	139
Construções	-	47	-	-	47
Benfeitorias / Itens a imobilizar	4.834	198	(3.100)	-	1.932
Direito de uso	22.202	11.190	-	(7.575)	25.817
	37.833	28.555	(18.493)	(9.721)	38.174

Consolidado

	Valor líquido 01/01/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Depreciação	Ajuste de inventário físico	Valor líquido 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	2.691	534	-	(438)	(1.111)	1.676
Móveis e utensílios	66	19	-	(10)	19	94
Equipamentos de laboratório	-	73	-	(2)	-	71
Aeronaves	2.283	-	-	(235)	-	2.048
Veículos / Caminhões	9.184	3.147	(527)	(2.708)	(2.315)	6.781
Equipamentos de informática	152	26	-	(48)	2	132
Terrenos	2.850	2.850	(2.850)	-	-	2.850
Construções	7	-	-	(7)	-	-
Benfeitorias / Itens a imobilizar	1.361	6.015	-	-	-	7.376
Direito de uso	-	25.273	(1.578)	(1.493)	-	22.202
	18.594	37.937	(4.955)	(4.941)	(3.405)	43.230

	Valor líquido 31/12/2023	Adições e Remensurações	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1.676	3.440	(25)	(528)	6.129	10.692
Móveis e utensílios	94	42	(5)	(12)	31	150
Equipamentos de laboratório	71	16	(8)	(8)	29	100
Aeronaves	2.048	9.974	(11.844)	(178)	-	-
Veículos / Caminhões	6.781	3.726	(3.516)	(1.456)	-	5.535
Equipamentos de informática	132	82	-	(32)	-	182
Terrenos	2.850	-	-	-	-	2.850
Construções	-	47	-	-	-	47
Benfeitorias / Itens a imobilizar	7.376	4.938	(4.193)	-	(6.189)	1.932
Direito de uso	22.202	11.190	-	(7.575)	-	25.817
	43.230	33.455	(19.591)	(9.789)	-	47.305

10. Investimentos

A seguir é apresentada a composição dos saldos:

	Participação		Saldos em	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fortnox Indústria e Comércio Ltda.	100%	100%	2.800	4.035
			2.800	4.035

As principais informações da controlada direta é apresentada a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2024
	Fortnox
Balanco patrimonial	
Ativo	
Ativo circulante	406
Ativo não circulante	9.131
Total do ativo	9.537
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	4.387
Passivo não circulante	2.350
Patrimônio líquido	2.800
Total do passivo e patrimônio líquido	9.537
Demonstração do resultado do exercício	
Receita líquida	-
Custos e despesas operacionais	(1.234)
Resultado financeiro	(1)
Imposto de renda e contribuição social	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.235)
	Em 31 de dezembro de 2023
	Fortnox
Balanco patrimonial	
Ativo	
Ativo circulante	84
Ativo não circulante	5.398
Total do ativo	5.482
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	196
Passivo não circulante	1.250
Patrimônio líquido	4.035
Total do passivo e patrimônio líquido	5.481
Demonstração do resultado do exercício	
Receita líquida	-
Custos e despesas operacionais	(55)
Resultado financeiro	(10)
Imposto de renda e contribuição social	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(65)

A seguir é apresentada a movimentação dos Investimentos:

	Fortnox
Em 1º de janeiro de 2023	4.100
(+/-) Equivalência patrimonial	(65)
Em 31 de dezembro de 2023	4.035
	Fortnox
Em 31 de dezembro de 2023	4.035
(+/-) Equivalência patrimonial	(1.235)
Em 31 de dezembro de 2024	2.800

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	56.039	40.863	56.191	41.026
Fornecedores estrangeiros	20.558	4.392	20.558	4.392
	76.597	45.255	76.749	45.418

As transações com fornecedores não possuem incidência de juros, geralmente são liquidados dentro do próprio exercício e possuem prazo médio de pagamento de 36 dias (26 dias em 31 de dezembro de 2023).

12. Empréstimos e financiamentos

A posição da dívida detalhada é apresentada a seguir:

Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data da contratação	Data do vencimento	Controladora e consolidado	
					31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos					1.418	2.227
Safra / Financiamento	BRL	9,32% a.a.	19/03/2021	19/03/2024	-	64
Bradesco / Financiamento	BRL	2,43% a.a. + CDI	18/01/2022	15/02/2027	1.186	1.699
BMW / Financiamento	BRL	1,89% a.a.	09/12/2022	14/12/2024	-	162
Banco do Brasil / Consórcio	BRL	2,23% a.a. + CDI	21/03/2023	10/04/2028	232	302
Total					1.418	2.227
Circulante					721	947
Não circulante					697	1.280

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos
Em 1º de janeiro de 2023	2.395
(+) Captações	695
(+) Provisão de juros	465
(-) Amortização de principal	(1.085)
(-) Amortização de juros	(243)
Em 31 de dezembro de 2023	2.227

	Empréstimos e financiamentos
Em 31 de dezembro de 2023	2.227
(+) Captações	-
(+) Provisão de juros	134
(-) Amortização de principal	(731)
(-) Amortização de juros	(212)
Em 31 de dezembro de 2024	1.418

Cláusulas restritivas - Covenants não financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais, não havendo em períodos intermediários.

Os contratos firmados pela Empresa não preveem *covenants* financeiros.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos apresentam garantias contratuais vinculadas as duplicatas a receber, vide Nota explicativa nº 5 – Contas a receber de clientes.

13. Arrendamento mercantil

A Empresa arrenda imóveis, equipamentos e veículos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até oito (8) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

A Empresa reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Empresa.

Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

A seguir são demonstrados os montantes registrados de passivo de arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Valor nominal do passivo de arrendamento	43.650	38.810
2025	10.239	7.535
2026	9.641	7.369
2027	8.635	6.813
2028 em diante	15.135	17.093
Ajustado a valor presente	(12.654)	(12.626)
2025	(3.913)	(3.460)

2026	(3.824)	(2.847)
2027	(2.061)	(2.193)
2028 em diante	(2.856)	(4.126)
Passivo de arrendamento, líquido	30.996	26.184
Circulante	6.325	4.075
Não circulante	24.671	22.109

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	-
(+) Novos contratos de arrendamento	32.262
(-) Baixa de contratos de arrendamento	(166)
(+) Provisão de juros	2.885
(-) Remensurações	1.678
(-) Amortizações	(10.475)
Em 31 de dezembro de 2023	26.184
	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	26.184
(+) Novos contratos de arrendamento	1.349
(+) Provisão de juros	4.507
(+) Remensurações	9.838
(-) Amortizações	(10.882)
Em 31 de dezembro de 2024	30.996

Como divulgação espontânea, a Empresa apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. A tabela a seguir ilustra esta projeção:

	Controladora e Consolidado			
Fluxo de pagamentos futuros	2025	2026	2027	2028 em diante
Fluxo de desembolso sem ajuste a valor presente	10.239	9.641	8.635	15.135
Cenário com inflação	516	417	345	605
Taxa de inflação considerada - Fonte Copom	5,04%	4,33%	4,00%	4,00%

14. Provisões para contingências

A Empresa é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Empresa classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Empresa, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis

estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Empresa acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

14.1 Processos com risco de perda provável

A Empresa responde por processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e tributário, perante diferentes tribunais. A Administração da Empresa, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos com risco de perda provável		
Trabalhistas (i)	322	17
Tributários (ii)	21.352	1.136
	21.674	1.153

- (i) Trata-se de discussões em esfera judicial em que a Empresa figura como réu, relacionadas a temas como, horas extras, verbas rescisórias, benefícios, insalubridade, periculosidade e outros assuntos desta natureza; e
- (ii) Durante o exercício de 2024 a Administração optou por reconhecer contingência relacionada aos créditos presumidos nas operações de saída, conforme apresentado em Nota explicativa nº 2.20 – Benefícios fiscais no montante de R\$ 19.831. O restante da variação do exercício refere-se a outros processos tributários de menor valor.

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

	Controladora e consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Passivo contingente	Total
Em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-	-
(+) Novos processos	1.136	17	-	-	1.153
Em 31 de dezembro de 2023	1.136	17	-	-	1.153

	Controladora e consolidado				
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Passivo contingente	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.136	17	-	-	1.153
(+) Novos processos	20.216	305	-	-	20.521
Em 31 de dezembro de 2024	21.352	322	-	-	21.674

14.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Empresa e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos com risco de perda possível		
Trabalhistas	295	2.771

295**2.771****14.3 Depósitos judiciais**

Os valores depositados judicialmente pela Empresa correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais		
Tributários	122	111
	122	111

15. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Empresa é de R\$ 200.000 (R\$ 200.000 em 31 de dezembro de 2023) quotas com valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das quotas é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Dofra Participações Ltda.	200	200
	200	200

Não ocorreram alterações no capital social durante o exercício de 2024 e 2023.

(b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Empresa e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

(c) Remuneração dos sóciosDistribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2024 não foram distribuídos dividendos (distribuição de R\$ 12.491 em 31 de dezembro de 2023 e liquidados dentro do próprio exercício).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros.

Considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

A seguir é apresentada a movimentação dos juros sobre capital próprio:

	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	14.721	-
(+) Novas deliberações - Bruto	11.706	20.702
(-) IRRF	(1.756)	(3.106)
(-) Pagamentos	(19.022)	(2.875)
Saldo em 31 de dezembro	5.649	14.721

(d) Resultado por quota

Resultado básico e diluído por quota

O lucro básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como quotas em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuído aos sócios quotistas	64.764	71.639
Quantidade de quotas (em milhares) - média ponderada	200	200
Resultado básico e diluído por quota - Em reais	323,82	358,20

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1 Corrente

Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Base ajustada	2.459	(21.776)	2.459	(21.776)
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda à alíquota de 15%	1.258	1.315	1.258	1.315
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	821	865	821	865
(-) Incentivos fiscais de redução e isenção	(50)	(41)	(50)	(41)
Contribuição social à alíquota de 9%	755	789	755	789
Total imposto de renda e contribuição social correntes (a)	2.784	2.928	2.784	2.928
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Imposto de renda à alíquota de 25%	8.671	5.754	8.671	5.754

Contribuição social à alíquota de 9%	3.122	2.071	3.122	2.071
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	11.793	7.825	11.793	7.825
Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (b)	55.755	66.742	55.755	66.742
Total das adições e exclusões permanentes	(87.806)	(77.771)	(87.806)	(77.771)
(+) Outras adições permanentes	1.370	116	1.370	116
(-) Crédito de exclusão do ICMS na Base de cálculo de PIS/COFINS	(72.326)	(56.325)	(72.326)	(56.325)
(-) Juros sobre o capital próprio	(11.705)	(18.349)	(11.705)	(18.349)
(-) Lei do bem	(1.235)	(1.615)	(1.235)	(1.615)
(-) Outras exclusões permanentes	(3.910)	(1.598)	(3.910)	(1.598)
Adições e exclusões temporárias	34.510	(10.747)	34.510	(10.747)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social - "Base ajustada"	2.459	(21.776)	2.459	(21.776)
<i>Alíquota efetiva - (a) / (b)</i>	5%	4%	5%	4%

- (i) Em 2023 a Administração contabilizou e apresentou IRPJ devido no período já líquido dos incentivos fiscais a saber: Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

16.2 IRPJ e CSLL Diferidos

	Saldo inicial 31/12/2022	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2023
Ativos de impostos diferidos				
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	883	-	883
Provisão para contingências	-	392	-	392
Arrendamento Mercantil (IFRS 16 - CPC 06)	-	1.170	-	1.170
PROVISÕES DIVERSAS				
<i>Perda por redução ao valor recuperável dos estoques</i>	-	496	(183)	313
<i>Provisão de bônus e PLR</i>	-	283	(22)	261
<i>Honorários advocatícios</i>	-	1.414	(444)	970
Total de ativos de impostos diferidos	-	4.638	(649)	3.989
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	-	(242)	168	(74)

Créditos tributários	(11.447)	(334)	4.244	(7.537)
Total de passivos de impostos diferidos	(11.447)	(576)	4.412	(7.611)
Total de imposto diferido líquido	(11.447)	4.062	3.763	(3.622)
	Saldo inicial 31/12/2023	Constituição	Reversão	Saldo final 31/12/2024
Ativos de impostos diferidos				
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	883	201	-	1.084
Provisão para contingências	392	6.977	-	7.369
Arrendamento Mercantil (IFRS 16 - CPC 06)	1.170	408	-	1.578
PROVISÕES DIVERSAS				
<i>Perda por redução ao valor recuperável dos estoques</i>	313	323	-	636
<i>Provisão de bônus e PLR</i>	261	1.226	-	1.487
<i>Honorários advocatícios</i>	970	-	(322)	648
Total de ativos de impostos diferidos	3.989	9.135	(322)	12.802
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	(74)	-	203	129
Créditos tributários	(7.537)	-	2.777	(4.760)
Total de passivos de impostos diferidos	(7.611)	-	2.980	(4.631)
Total de imposto diferido líquido	(3.622)	9.135	2.658	8.171

A Empresa estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferido em prazo de até 5 (cinco) anos.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024:

Ano	Diferido Ativo
2025	6.657
2026	1.536
2027	1.408
2028	2.560
2029	640
Total	12.802

A Empresa entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

17. Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta de vendas e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas	1.135.955	998.893
(-) Devoluções e cancelamentos	(10.021)	(7.597)
(-) Impostos sobre vendas	(290.969)	(256.236)
	834.965	735.060

18. Custos e despesas por natureza

A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos vendidos	(757.162)	(654.994)	(757.773)	(654.994)
Matérias-primas e materiais de consumo	(730.515)	(623.786)	(730.803)	(623.786)
Gastos com pessoal	(7.148)	(7.201)	(7.286)	(7.201)
Serviços de terceiros	(990)	(63)	(1.067)	(63)
Depreciação e amortização	(2.146)	(3.449)	(2.214)	(3.449)
Operação e manutenção	(889)	(1.538)	(896)	(1.538)
Frete e carretos	(7.855)	(3.648)	(7.856)	(3.648)
Aluguéis	(839)	(338)	(864)	(338)
Descarte de resíduos	(113)	(259)	(113)	(259)
Gastos com importação/exportação	(1.479)	(4.080)	(1.479)	(4.080)
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(953)	(920)	(953)	(920)
Provisões para contingências	(81)	(66)	(81)	(66)
Outros custos	(4.154)	(9.646)	(4.161)	(9.646)
Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras	(21.835)	(13.018)	(22.458)	(13.073)
Gastos com pessoal	(43.462)	(46.460)	(43.495)	(46.460)
Gastos comerciais	(5)	(92)	(5)	(92)
Serviços de terceiros	(16.608)	(12.488)	(16.857)	(12.651)
Depreciação e amortização	(7.575)	(1.492)	(7.575)	(1.492)
Frete e carretos	(4.842)	(2.872)	(4.842)	(2.872)
Aluguéis	(707)	(189)	(722)	(189)
Provisões para contingências	(20.440)	(152)	(20.440)	(152)
Operação e manutenção	(1.203)	(792)	(1.291)	(795)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(591)	(2.596)	(591)	(2.596)
Benefício fiscal - Créditos presumidos de ICMS (a)	72.326	56.324	72.326	56.324
Custos de transação de aquisição da Elekeiroz	-	(133)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	1.272	(2.076)	1.034	(2.098)
Total	(778.997)	(668.012)	(780.231)	(668.067)

- (a) A Empresa possui benefício de crédito outorgado de ICMS, conforme anexo 3, art. 14 do regulamento de ICMS do estado de São Paulo, caracterizado como crédito presumido. Maiores detalhes dos benefícios estão descritos em Nota explicativa nº 2.20 – Benefícios fiscais.

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira	6.949	4.403	6.951	4.404
Rendimentos de aplicações financeiras	357	265	357	266
Descontos obtidos	1.349	367	1.349	367
Atualização monetária ativa	3.534	1.601	3.534	1.601
Juros de contas a receber	359	1.927	359	1.927
Ganho com derivativos	53	243	53	243
Outras receitas financeiras	1.297	-	1.299	-
Despesa financeira	(6.590)	(5.755)	(6.593)	(5.766)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(4.642)	(3.341)	(4.642)	(3.341)
Custos de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-
Cessão de crédito	-	-	-	-
Descontos concedidos	(108)	(52)	(108)	(52)
Atualização monetária passiva	(7)	(85)	(7)	(85)
Despesas bancárias	(268)	(296)	(268)	(297)
Perdas com derivativos	(7)	(899)	(7)	(899)
Outras despesas financeiras	(1.558)	(1.082)	(1.561)	(1.092)
Variação cambial	663	1.111	663	1.111
Variação cambial ativa	4.133	3.453	4.133	3.453
Variação cambial passiva	(3.470)	(2.342)	(3.470)	(2.342)
Resultado financeiro, líquido	1.022	(241)	1.021	(251)

20. Gestão de risco financeiro

A Empresa pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa aos riscos mencionados, os objetivos da Empresa, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa.

I) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Empresa é uma indústria focada na produção e comércio de fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio e importação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

As operações da Empresa são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas jurídicas, mediante a cobrança por boleto bancário e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada e sem risco concentrado em nenhum cliente.

A Empresa monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Empresa tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Empresa. Adicionalmente, as aplicações financeiras da Empresa são alocadas em instituições financeiras com reconhecido *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, sendo elas: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poors.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários a Empresa possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Empresa realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da Empresa é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco; e
- A Empresa deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Empresa é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Empresa busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora					Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos										
Fornecedores	76.597	76.597	76.597	-	-	76.749	76.749	76.749	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	128.666	128.666	128.666	-	-	128.666	128.666	128.666	-	-
Mútuos - Partes relacionadas	4.698	4.698	-	-	4.698	8.248	8.248	-	-	8.248
Empréstimos e financiamentos	1.418	1.498	721	489	288	1.418	1.498	721	489	288
Arrendamento mercantil	30.996	43.650	10.239	9.641	23.770	30.996	43.650	10.239	9.641	23.770
Outros passivos	8.418	8.418	8.418	-	-	8.418	8.418	8.418	-	-
	250.793	263.527	224.641	10.130	28.756	254.495	267.229	224.793	10.130	32.306

Em 31 de dezembro de 2023	Controladora					Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos										
Fornecedores	45.255	45.255	45.255	-	-	45.418	45.418	45.418	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	32.245	32.245	32.245	-	-	32.245	32.245	32.245	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.227	2.227	343	604	1.280	2.227	2.227	343	604	1.280
Arrendamento mercantil	26.184	38.810	7.535	7.369	23.906	26.184	38.810	7.535	7.369	23.906
Outros passivos	19.080	19.080	19.080	-	-	19.080	19.080	19.080	-	-
	124.991	137.617	104.458	7.973	25.186	125.154	137.780	104.621	7.973	25.186

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

a) *Risco cambial*

As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Empresa possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Consolidado		
			Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Clientes estrangeiros	Dólar americano (US\$)	1.646	1.584	1.978	2.376
Fornecedores estrangeiros	Dólar americano (US\$)	(20.558)	(19.787)	(24.700)	(29.680)
Mútuos - Partes relacionadas	Euro (EUR)	7.856	7.201	8.990	10.802
Contas a receber - Partes relacionadas	Dólar americano (US\$)	245	236	294	354
Totalizador		(10.811)	(10.766)	(13.438)	(16.148)
Impacto no resultado antes dos impostos			45	(2.627)	(5.337)
31 de dezembro de 2024					
Indexador	Real	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	
Dólar americano (US\$) - Fechamento do exercício	6,19	-	-	-	-
Dólar americano (US\$) - Projetado Dezembro/2025	-	5,96	7,44	8,94	
Euro (EUR) - Fechamento do exercício	6,44	-	-	-	-
Euro (EUR) - Projetado Dezembro/2025	-	5,90	7,37	8,85	

Fonte: Dólar americano (Boletim Focus) e Euro (Instituição financeira AAA)

c) *Risco de taxa de juros*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros	42.567	26.974	42.949	26.998
Títulos e valores mobiliários (i)	9.260	26.974	9.642	26.998
Mútuos com partes relacionadas	33.307	-	33.307	-
Passivos financeiros	(32.414)	(28.411)	(32.414)	(28.411)
Empréstimos e financiamentos	(1.418)	(2.227)	(1.418)	(2.227)
Arrendamento mercantil	(30.996)	(26.184)	(30.996)	(26.184)
Risco de taxa de juros, líquido	10.153	(1.437)	10.535	(1.413)

- (i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota explicativa nº 4 – Caixa e equivalente de caixa.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Empresa deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao

qual a Empresa esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros (exposição por tipo de risco)

As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário “provável” é o cenário trabalhado pela Administração projetado para 31 de dezembro de 2025 e pode ser entendido como saldo estimado das rubricas ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%, conforme julgamento definido pela Administração.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Empresa e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Operação	Variável de risco	Controladora				Consolidado			
		Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalente de caixa	CDI	9.260	10.638	10.982	11.327	9.642	11.077	11.435	11.794
Arrendamento mercantil	IGPM	(30.083)	(31.548)	(31.914)	(32.281)	(30.083)	(31.548)	(31.914)	(32.281)
Arrendamento mercantil	IPCA	(913)	(959)	(971)	(982)	(913)	(959)	(971)	(982)
Mútuos - Partes relacionadas	SELIC	39.465	45.286	46.741	48.197	32.915	37.770	38.984	40.197
Totalizador		17.729	23.417	24.839	26.261	11.561	16.340	17.534	18.729
Impacto no resultado antes dos impostos			5.688	7.110	8.532		4.779	5.973	7.168
						31 de dezembro de 2024			
Indexador						Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	
CDI						14,88%	18,60%	22,32%	
SELIC						14,75%	18,44%	22,13%	
IGPM						4,87%	6,09%	7,31%	
IPCA						5,04%	6,30%	7,56%	

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices até 31 de dezembro de 2024 e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

d) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumento financeiro	Classificação	Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	16.809	16.809	30.462	30.462
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	63.736	63.736	40.454	40.454
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	211.404	211.404	129.038	129.038
Outros ativos	Custo amortizado	4.860	4.860	1.286	1.286
Fornecedores	Custo amortizado	(76.597)	(76.597)	(45.255)	(45.255)
Mútuos - Partes relacionadas	Custo amortizado	39.465	39.465	5.217	5.217
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	(128.666)	(128.666)	(32.245)	(32.245)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	(30.996)	(30.996)	(26.184)	(26.184)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(1.418)	(1.418)	(2.227)	(2.227)
Outros passivos	Custo amortizado	(8.418)	(8.418)	(19.080)	(19.080)
		90.179	90.179	81.466	81.466

Instrumento financeiro	Classificação	Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	17.192	17.192	30.486	30.486
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	63.736	63.736	40.514	40.514
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	211.404	211.404	129.038	129.038
Outros ativos	Custo amortizado	4.865	4.865	1.286	1.286
Fornecedores	Custo amortizado	(76.748)	(76.748)	(45.418)	(45.418)
Mútuos - Partes relacionadas	Custo amortizado	(49.411)	(49.411)	(8.267)	(8.267)
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	(128.666)	(128.666)	(32.245)	(32.245)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	(30.996)	(30.996)	(26.184)	(26.184)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(1.418)	(1.418)	(2.227)	(2.227)
Outros passivos	Custo amortizado	(8.418)	(8.418)	(19.080)	(19.080)
		1.540	1.540	67.903	67.903

Hierarquia de valor justo

A tabela acima ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não possuía instrumentos financeiros de níveis 1, 2 e 3, e não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3.

21. Seguros (não auditado)

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 são apresentados a seguir:

Modalidade	Vigência		Moeda	Limites máximos de indenização
	Início	Término		
Riscos operacionais	26/09/2024	26/09/2025	Reais	55.000.000
Veículos	01/10/2024	01/10/2025	Reais	200.000
Crédito	31/12/2024	31/12/2026	Dólares norte americanos	753.000
Transporte internacional - Importação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000
Transporte internacional - Exportação	31/07/2024	31/07/2025	Dólares norte americanos	4.000.000

22. Eventos subsequentes

Até a data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, não existiram eventos subsequentes a serem divulgados.
